



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
TÉCNICA PERMANENTE DE PLANEJAMENTO
AMBIENTAL**

1
2
3
4 Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a 39ª Reunião Ordinária da
5 Câmara Técnica Permanente de Planejamento Ambiental, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, através de
6 videoconferência, com início às 14h10m e com a presença dos seguintes Representantes: Sr. Eduardo Stumpf,
7 representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH); Sra. Marion Luiza Heinrich, representante da
8 FAMURS; Sra. Paula Paiva Hofmeister, representante da FARSUL; Sra. Mariana Voltolini, representante do
9 Corpo Técnico FEPAM; Sr. Valmir Zanatta representante da SEMA; Sr. Fernando Hartmann, representante da
10 SERGS; Sr. Gustavo Trindade, representante da FIERGS; Sr. Valdomiro Hass, representante da SEAPI; Sra.
11 Lisiane Becker, representante da MIRA-SERRA; Sr. Cap. Morgana Pereira, representante da SSP.
12 Participaram também os seguintes representantes: Sra. Ana Amélia Schreinert/FAMURS; Sra Luciana Regina
13 Petry Anele- FEPAM; Sr. Felipe Immich/Município de Tavares-RS; Sr. Fernando Antunes/Secretária do
14 Município de Cambará do Sul; Sra. Ana Paula/ Município de Tavares-RS e Sra. Sabrina Constatando a
15 existência de quórum, o Sr. Presidente, deu início a reunião às 14h10min. Sra. Lisiane Becker/MIRA-SERRA
16 solicita a inversão do item inclusão de pauta - Moção Mira-Serra para o 2º item. Todos concordam com a
17 inversão de pauta e Sr. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente dá continuidade à reunião. **Passou-se para o 1º**
18 **item de pauta: Aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária da CTP PLAMB;** Sr. Eduardo Stumpf/CBH –
19 Presidente coloca em votação a aprovação da Ata 38ª Reunião Ordinária. **02 ABSTENÇÕES – APROVADO**
20 **POR MAIORIA.** O Sr. Eduardo coloca em votação a ata 6ª Reunião extraordinária. **01 Abstenção-**
21 **APROVADO POR MAIORIA. Passou-se ao 2º item de pauta: Diretrizes para a realização de Eventos**
22 **Motorizados fora de estrada;** Sr. Eduardo passa a palavra para a Sra. Marion Luiza Heinrich, representante
23 da FAMURS para fazer sua explanação sobre o assunto- ela diz que a ideia era realizar algumas reuniões com
24 os municípios que já haviam participado das discussões anteriores, quando o assunto estava no âmbito da
25 Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. O objetivo era trazer os municípios para compartilhar as situações
26 que enfrentam localmente. Foi feita uma conversa com os representantes de Rio Grande, que estavam
27 discutindo a questão no âmbito de seu conselho municipal, e também com o pessoal que tem respondido a
28 demandas do Ministério Público. Após isso, a Lisiane, representante da Mira Serra, encaminhou a demanda
29 para a área do CONSEMA. A provocação inicial foi feita pela promotoria de Rio Grande, pela Dra. Anelise. Em
30 seguida, questionou-se se Ana Paula do município de Tavares e a secretária de Cambará do Sul Fernanda
31 Antunes se gostariam de trazer alguns pontos que considerassem pertinentes para a reunião, com a intenção
32 de contribuir. A equipe continua trabalhando com os mesmos critérios que foram estabelecidos na Câmara
33 Técnica de Gestão Compartilhada, além de trazer novas questões para discussão, além dos critérios
34 relacionados a resíduos e comunicação do percurso. A palavra ficou à disposição, aguardando quem gostaria
35 de falar primeiro, e então a Ana Paula, bióloga de Tavares inicio sua fala se apresentando e contando suas
36 demandas na cidade. A secretária de Fernanda Antunes Também falou sobre as demandas de sua cidade. A
37 Sra. Sabrina do município de São José do Norte também se manifestou sua preocupação com a fiscalização
38 destes eventos. A Sra Marion Heinrich- FAMURS encerra a apresentação dos municípios dizendo que há
39 necessidade de analisar e discutir em conjunto antes de deliberar. O Sr. Eduardo – PRESIDENTE fala sobre os
40 tipos de veículos motorizados para realizar esse tipo de evento fora de estrada. A Sra. Luciana Regina Petry
41 Anele- FEPAM Ao ouvir os depoimentos das colegas dos municípios, especialmente no início diz que Ana

42 Paula mencionou que proibir aplicativos geraria conflitos, no seu entendimento geraria, pois o que se observa
43 é que, para as pessoas, é fundamental utilizar aplicativos. Elas desejam utilizá-los, assim como as pessoas
44 querem andar dentro de banhos de água. No entanto, não se vê como autorizar esse tipo de evento. O mesmo
45 se aplica ao trânsito de familiares e amigos em aplicativos. Aplicativos não têm essa possibilidade. Gostaria de
46 perguntar a Gustavo, que entende mais de legislação, mas, para mim, não é viável. Quanto à questão de
47 licenciar ou não licenciar, parece que o cerne da questão é a vontade de transitar por aplicativos. Nas estradas
48 que já existem, nas pontes que cruzam aplicativos, tudo é possível. Passar não é, mas aplicativos realmente
49 são uma legislação federal. Portanto, é isso que se quer enfatizar. Não se entende como autorizar algo desse
50 tipo em aplicativos. O Sr. Gustavo Trindade – FIERGS diz ter a possibilidade trazida pelo código Florestal
51 dentro de pequenas vias de acesso interno, pontes e pontilhões, quando necessárias. A travessia de curso da
52 água é para retirada de água. Então, as finalidades dessas intervenções de baixo impacto são ligadas às
53 necessidades dos proprietários rurais para a captação de água para próprio trânsito na sua propriedade. Então,
54 de fato, nós temos restrições legais da utilização dessas áreas para esse tipo de atividade. A Sra. Marion
55 sugeriu que, no âmbito do conselho, fosse possível discutir outras atividades similares, considerando o
56 interesse social, a infraestrutura para lazer e outras questões pertinentes. Propôs que, para conciliar a proteção
57 ambiental com a realização de atividades culturais e turísticas que envolvem mais de um município, fosse
58 estabelecido um equilíbrio entre a preservação e a promoção dessas atividades. Ela enfatizou que
59 simplesmente proibir tais eventos poderia gerar conflitos significativos, o que não seria desejável. A intenção é
60 evitar impactos ambientais negativos, estabelecendo requisitos mínimos implementando uma fiscalização
61 conjunta, já que a responsabilidade de fiscalizar não recai apenas sobre o município ou o estado, mas sobre
62 todos os entes envolvidos. Ela observou que tanto o estado quanto os municípios enfrentam dificuldades, como
63 a falta de recursos para fiscalização, e sugeriu a construção de soluções viáveis e implementáveis de forma
64 conjunta. O objetivo é criar instrumentos que permitam a cobrança da observância da legislação, garantindo um
65 equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento de atividades culturais e turísticas. O Sr. Eduardo –
66 Presidente destaca Em princípio, isso já está mais ou menos definido: quando o evento atravessa um
67 município, a comunicação deve ser feita à FEPAM. A FEPAM possui os procedimentos necessários, como o
68 envio da rota e dos dias do evento. Após a comunicação e autorização para uma determinada rota, tende-se a
69 repetir essas rotas, consolidando-as ao longo do tempo. A sugestão é que a Marion converse com os
70 responsáveis pelos municípios para verificar as dificuldades deles, como a conceituação de áreas de dunas,
71 para identificar se é necessário ajustar os termos. Na próxima reunião, o objetivo é aprimorar o documento.
72 Além disso, a Mariana enviou uma comunicação referente a um estudo realizado pelo ICM Bio, indicando que
73 eventos estariam causando prejuízos a algumas áreas de importância para a fauna. Mariana sugeriu que os
74 percursos evitem a interseção com essas áreas sensíveis. No entanto, surge a questão de como conceituar
75 essas áreas e determinar quais são importantes para a fauna. Para abordar essa questão, é necessário que o
76 município ou a FEPAM, ao receber o trajeto, faça uma verificação da importância da área para a fauna. Se o
77 percurso já estiver consolidado, a avaliação é mais simples. O objetivo é evitar a expansão para áreas novas
78 que não faziam parte do percurso anteriormente. Em relação à consideração do Ministério Público, que sugeriu
79 a proibição de eventos em áreas de importância para a fauna, todos receberam e avaliaram a proposta.
80 Luciana enviou suas considerações, deixando claro que é necessário elaborar diretrizes para a comunicação
81 com a FEPAM ou com os municípios. A Sra. Mariana Voltolini diz que a motivação de ter trazido a proposta de
82 artigo foi recomendação do Ministério Público com o documento do ICM BIO, e a maioria destes eventos
83 ocorrem em áreas de interesse para avifauna, migratórias de pousos e ninhas e diz que não existe
84 possibilidade de considerar alguma autorização em áreas de preservação permanente. A Sra Lisiane Becker
85 da MIRA SERRA- complementa na região norte nordeste do Rio Grande do Sul se tem muitos animais
86 terrestres, por isso é importante ter esse cuidado quando for autorizar. O Sr. Eduardo Presidente sugere enviar
87 a documentação para todos como apresentações e estudos também de outros estados, e o Sr. Eduardo
88 enviará a documentação antiga das discussões e a última minuta desta Câmara, com os acréscimos sugeridos.
89 A Sra. Mariana Voltolino pede a palavra destacando que ela gostaria de registrar que ainda está em aberto a
90 questão e deverá ou poderá haver uma autorização do poder público. Ela acredita que não existe motivação

91 para estarem em reuniões se não for para que seja necessário. Na verdade, essa autorização já existe; os
92 municípios já podem, como é o caso de Cambará, onde Fernanda já aplica isso. Portanto, ela gostaria de
93 reafirmar seu posicionamento. O Sr. Eduardo encerra a pauta dando as seguintes tramitações: ele irá
94 encaminhar os documentos e irão discutir os arborícolas na próxima reunião.

95 **Passou-se ao 3º item de pauta: Assuntos Gerais;** Não havendo mais nada a ser tratado, encerrou-se a
96 reunião às 15h53m.